Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 88, nº 1-9, janeiro-setembro/1970, pp. 49-62

ACTUALIDADE E PERSPECTIVAS DAS MISSÕES CATÓLICAS PORTUGUESAS ULTRAMARINAS (*)

JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR
Director do Colégio Universitário Pio XII
Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Institutos Religiosos Masculinos e Assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina

1 — *A Evangelização, obra nacional*

Cabe-me a subida honra e a não pequena responsabilidade, de apresentar um trabalho relativo às Missões Católicas Portuguesas Ultramarinas no encerramento desta Semana do Ultramar promovida pela Sociedade de Geografia de Lisboa e dedicada este ano às Missões Católicas. Reconheço a honra que me é concedida para falar perante pessoas tão altamente categorizadas na vida nacional e tão intimamente ligadas aos problemas do nosso Ultramar como V.as Ex.as Senhor Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, e Senhor Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e aceito a responsabilidade que não é pequena, para focar um dos problemas que se liga indissolùvelmente à vida da nação, enquanto nação, e que julgo ainda transcender o plano sócio-económico e cultural, para se inserir no plano sobrenatural de íntima colaboração com a sociedade Igreja, cuja missão específica é sobrenatural e escatológica, contando no entanto no tempo com os valores próprios de cada época e de cada civilização.

A nação portuguesa e quando digo nação, quero referir-me a uma colectividade organizada, integrada por governantes ao mais alto nível e por cidadãos

(*) Conferência proferida no Convento de Cristo em Tomar, na noite de 9 de Maio de 1970, durante a Sessão Solene do encerramento da «Semana do Ultramar».

situados nos diferentes escalões da vida nacional, julgou que o «serviço de Deus», conjugava-se perfeitamente com o «serviço do rei», que não podia haver entre os dois serviços qualquer oposição, antes pelo contrário, entendia e muito bem, o conceito actual de «comprometimento» em que todos se encontravam enquanto membros activos da Igreja, à qual se abriam novos horizontes para se concretizar como «universal», e membros também, duma sociedade nacional, que além da sua missão específica, se completava actuando como colaboradora da Igreja no campo da evangelização.

Não se admitia qualquer dicotomia na vida, tomada globalmente, enquanto cidadãos duma pátria terrena e enquanto cidadãos da «cidade de Deus» e fazer «cristandade» era também implantar padrões e içar a bandeira das quinas para demarcar territórios, que vinham a pertencer por direito de «descoberta», por serem terras de ninguém ou por direito de conquista à nação portuguesa.

Gostaria de fazer aqui três citações para confirmar este meu modo de pensar que julgo estar integrado numa linha de pensamento que podemos chamar nacional.

A nossa Conferência Episcopal, em nota publicada em Janeiro de 1962 afirmava: «A linha providencial da nossa história, tornou-nos desde há muitos séculos, instrumentos do Senhor na evangelização de parte considerável do Mundo, na América, na África, na Ásia e na Oceânia, e a Igreja tem confirmado sempre essa missão»; por sua vez o Prof. Doutor Adriano Moreira numa conferência pronunciada na Faculdade de Letras de Coimbra em 22 de Janeiro de 1962 afirmava: «Por nosso lado, desde sempre se entendeu que a missionação não podia ser alheia aos interesses superiores do Estado, nem estes podiam dispensar o concurso fiel da missionação», e ainda «As exigências dos povos a missionar e os interesses superiores nacionais ligam-se de maneira harmoniosa»; e ainda por sua vez, o actual Ministro do Ultramar, Prof. Doutor Silva Cunha no encerramento da 1.ª reunião do Gabinete de Estudos da Direcção-Geral de Educação do Ministério do Ultramar em 2 de Setembro de 1967 afirmava nesta mesma linha de pensamento: «Todo este trabalho foi realizado em harmoniosa cooperação entre o Estado e a Igreja, que, na tradição missionária nacional, continua a fazer cristandade e portugalidade».

Por expressa vontade do Chefe do Estado encerra-se esta Semana do Ultramar, cujo tema de reflexão são as Missões Católicas, nesta cidade de Tomar e permitam-me V.as Ex.as, afirmar, que nenhuma outra cidade poderia ser escolhida melhor do que esta para este acto, pois andou durante séculos profundamente ligada à epopeia das Descobertas e pelo mesmo, da Evangelização, através da Ordem de Cristo que aqui teve a sua sede desde 1336 e mais intimamente ainda, a partir de 1522 quando D. João III ligou a Ordem de Cristo aos próprios destinos da coroa, sendo o próprio rei, Grão Mestre da mesma.

As pedras deste Convento de Cristo falam eloquentemente de 3 momentos importantes da história da nossa evangelização: os Claustros do Cemitério e da Lavagem lembram a memória do Infante D. Henrique e pelo mesmo o momento dos primeiros contactos com as novas terras e as novas gentes; o corpo da igreja, o coro e as famosas janelas manuelinas, lembram o Rei Venturoso que teve a felicidade de ver os nossos missionários chegarem às terras do Oriente onde o «sol nascia»; o claustro principal ou das procissões lembra D. João III que dada a importância que a Ordem tomou no seu tempo, projectou e realizou uma grande ampliação do convento, de modo a poder desempenhar a missão que lhe estava encomendada da organização religiosa das terras ultramarinas.

Um monumento venerando existe ainda nesta cidade, «Santa Maria do Olival» que bem pode ser considerada, a «ecclesia mater», igreja mãe, de todos os templos construidos no Ultramar, pois da sua Vigararia dependiam.

Estamos numa terra, minhas senhoras e meus senhores, que se insere na missão histórica da nação, donde partiram cavaleiros, descobridores e missionários, cabeça pensante da grande epopeia e que merece a nossa gratidão e veneração.

Senhor Subsecretário de Estado, Senhor Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, permitam-me que após esta evocação histórica, entre no assunto que me propus tratar — Actualidade e perspectivas das nossas Missões Católicas Ultramarinas.

2 — *Lembrando um pouco de história*

O Prof. Adriano Moreira começou assim a sua conferência «Acção Missionária» proferida em Leiria em Fevereiro p.p. «A primeira das questões que o exame do problema missionário suscita quando em conexão com todas as mudanças que as últimas décadas testemunham, é o da sua actualidade» e «que aparece como lógica consequência das preocupações missionárias que, nos últimos 50 anos, têm avolumado no pensamento da Igreja Católica».

O ilustre auditório que me ouve, conhece os factos principais que se deram em Portugal no século passado relacionados com as missões e muito especialmente a supressão das Ordens Religiosas em 1834 e as consequências que de aí advieram à nossa ocupação missionária no Ultramar.

A nossa missionação tinha-se feito à base das Ordens religiosas: Franciscanos, Dominicanos, Carmelitas, Jesuitas, etc.

Os Jesuitas já tinham sido expulsos pelo Marquês de Pombal em 1769 com gravíssimos prejuízos para a cultura nacional e muito especialmente para o desenvolvimento das Missões em Moçambique e Brasil; o golpe do Marquês, estendeu-se por acção do Ministro da Justiça Joaquim António de Aguiar com aprocação de D. Pedro IV a todas as Ordens em 30 de Maio de 1834, com prejuízos ainda maiores em todos os campos e muito especialmente no da missionação, que fica reduzida quase a zero. — Em Angola por volta de 1840 existia 1 sacerdote português, 1 brasileiro e alguns nativos e o mesmo acontecia em Moçambique.

O período que vai entre 1834 a 1926, é um período profundamente convulso, de altos e baixos, em que por vezes as paixões políticas fizeram perder o rumo das coordenadas da vida nacional e muito especialmente esta coordenada, da harmonia entre Estado e Igreja no trabalho de missionação.

O Prof. Doutor Silva Rego tem um capítulo bem documentado em «Lições de Missionologia», o IV, intitulado, «O Estado Português e as Missões» em que estuda este conturbado período que chega ao seu zenith na lei da Separação do Estado das Igrejas em 20 de Abril de 1911 em que os governantes de então, acentuam a sua posição laica e laicizante, pretendendo desviar o curso duma história de mais de 500 anos.

O cúmulo dessa desorientação governativa esteve na criação das «Missões Civilizadoras», com a intenção de substituir as Missões Católicas, com a publicação do Decreto 233 de 22 de Novembro de 1913 de Almeida Ribeiro e o Decreto 3352 de 8 de Setembro de 1917 que criava o Instituto das Missões Coloniais no antigo Colégio das Missões de Cernache do Bonjardim.

Felizmente para a Nação, que o instinto de conservação nacional do povo e dos delegados governamentais no Ultramar, se sobrepôs às desorientações do Terreiro do Paço, como aconteceu em Moçambique com Joaquim José Machado e a partir do Decreto 3856 de 22 de Fevereiro de 1918 de Moura Pinto, encontrou-se de novo o caminho que conduziria através dos decretos 6322 de 24 de Dezembro de 1919 e 8351 de 26 de Agosto de 1922 de Sodrigues Gaspar ao Decreto da Personalidade Jurídica das Igrejas de Manuel Rodrigues de 6 de Julho de 1926 e ao Estatuto Orgânico das Missões Católicas portuguesas de África e Timor de João Belo de 13 de Outubro desse mesmo ano.

Os Decretos de Manuel Rodrigues e João Belo reabrem os caminhos de paz e de trabalho à Igreja e às suas instituições missionárias, que de novo estabelecem entre nós as suas casas de formação.

É curioso notar que, desde essa data até 1940, se estabeleceriam na Metrópole 15 Congregações Missionárias Masculinas, que em 1940 tinham 1.428 professos, 149 noviços e 1.255 aspirantes aos Seminários Menores.

O caminho percorrido entre 1918 a 1940 foi duro, mas foi sempre progressivo e de decreto em decreto chegou-se ao que se poderia chamar a solução ideal da Concordata e Acordo Missionário dentro do quadro circunstancial daquela época. Lembremos que já lá vão 30 anos, e que muitas coisas se modificaram de então a esta parte.

3 — *Uma data memorável—7 de Maio de 1940. O Acordo Missionário e seus efeitos* [1]

Estava o mundo em convulsão, mas a nação lusitana graças à inteligência, ao esforço e à diplomacia dum homem, certamente providencial, o Presidente Salazar, podia celebrar festivamente o duplo centenário: 8.º da Fundação e 3.º da Restauração.

O Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, comentando a data feliz da assinatura da Concordata e Acordo Missionário podia afirmar: «As palavras que vou dizer não se dirigem apenas à consciência católica, dirigem-se às consciências honestas de Portugal.

Estes dois documentos históricos, são dos que assinalam idades na história de um povo. Não se marcam por anos, mas por séculos; um, reíntegra Portugal nas fontes da sua vida espiritual; o outro, consagra-lhe a sua vocação missionária». E noutro lugar, afirmava ainda, o Eminente Purpurado: «Não posso ocultar que o Acordo Missionário é um documento capital na história da ocupação cristã das colónias».

«Nunca a Santa Sé, até hoje, assinou um estatuto tão vasto e transcendente sobre o regime missionário. Nele acaba de fazer um acto magnífico de fé e confiança no esforço missionário de Portugal», e terminava — «Que a nação inteira passe cantando o «Te Deum» de paz e reconciliação nacional».

O presidente Salazar, na comunicação à Assembleia Nacional em 27 de Maio desse mesmo ano podia afirmar com a serenidade e profundeza de análise que lhe são peculiares: «De que trata? (referindo-se ao Acordo Missionário) Simplesmente de completar a obra política do Acto Colonial com a sanção da posse espiritual conferida pela Santa Sé e com a nacionalização da obra missionária, que se integra definitivamente na acção colonizadora portuguesa».

Nesta mesma linha de pensamento, o Santo Padre Pio XII na encíclica «Saeculo exeunte Octavo» de 13 de Junho desse mesmo ano, refere-se elogiosamente à acção missionária desenvolvida pela Nação Portuguesa e estimula a geração de então, a continuar a acção dos antigos missionários e muito especialmente a educar santos e hábeis missionários.

---

[1] Julgo um dever de justiça, lembrar entre os artífices que prepararam a Concordata e o Acordo Missionário o nome do Prof. Doutor Mário de Figueiredo, figura relevante, que bem merece da Igreja e da Nação pelos serviços prestados na preparação e assinatura desses importantes documentos.

Este documento insere-se numa linha histórica de íntima colaboração entre Igreja e Nação, que no dizer do Presidente Salazar, «nunca conheceu divergências, apesar de existirem entre reis e bispos, governos e clero, Estado e cúria».

Eu julgo, que toda a acção missionária destes 30 anos, e fez justamente no dia 7 deste mês 30 anos que foi assinado este diploma «O Acordo Missionário», tem de ser vista à luz desse documento, que deu a possibilidade de se criarem estruturas necessárias à evangelização do Ultramar, e estas estruturas possuirem os meios convenientes à sua vida e desenvolvimento.

Em 1940 existia em Angola uma Prelazia e outra em Moçambique, julgo desnecessário frisar, que a antiga diocese de S. Salvador passou para Luanda em 1716 e que a Prelazia de Moçambique datava de 1783; eram estruturas insuficientes para áreas tão enormes e com fraca capacidade de evangelização.

Criaram-se nesse mesmo ano 3 dioceses em Angola e outras 3 em Moçambique e se é certo que, as novas estruturas continuavam a ser insuficientes, ficava aberto o caminho para a ampliação das mesmas e criação de outras novas.

Parece-me que em problemas de missionação ou de evangelização não se podem deixar as coisas à boa vontade do amadorismo, mas que se torna necessário criar as condições necessárias para que a evangelização se possa fazer o mais ràpidamente possível, se cremos, que vale a pena evangelizar ou seja, levar a mensagem de Cristo aos povos pagãos e com essa mensagem, a sua promoção nos outros campos da vida humana.

Em 1940, Angola com 3.500.000 habitantes, tinha uns 530.000 católicos e Moçambique com 4.500.000 habitantes tinha apenas 85.000 católicos.

A evolução nestes 30 anos é simplesmente maravilhosa e julgo que não se deu em nenhum outro país africano; vale a pena analisar o esforço feito, sem cairmos no feiticismo da estatística, mas valendo-nos dos dados que ela nos fornece a título elucidativo, sabendo porém, que existe uma distância grande entre a realidade e a estatística que é incapaz de traduzir o espiritual em números.

a) Angola — Em 1940 pela Bula «Solemnibus Conventionibus» de 4 de Setembro era criada a arquidiocese de Luanda tendo como sofragâneas as dioceses de Nova Lisboa e Silva Porto, em 1955 era criada a diocese de Sá da Bandeira, em 57 a de Malange, em 63 a do Luso e em 67 a de Carmona, que vinha a suceder à antiga diocese de S. Salvador do Congo.

«O Observatore Romano» de 9 de Novembro de 1957 noticiando a visita a Angola e Moçambique do então Núncio Apostólico em Lisboa Mons. Fernando Cento, para presidir à 1.ª reunião de conjunto do episcopado daquelas duas Províncias, declarava: «Embora não possa dizer-se que esteja ultimada a sistematização eclesiástica daquele território, o avanço do catolicismo é notável, pois

os 500.000 católicos de 1940 tinham ascendido a 1.280.000 e uns 200.000 catecúmenos, sendo assistidos por uns 390 sacerdotes dos quais 52 eram angolanos, umas 430 missionárias e uns 100 Auxiliares das Missões».

A estatística actual relativa a 1969 apresenta os seguintes números tomados do livro «As Missões Ultramarinas», do P.e Albano Mendes Pedro agora publicado por ocasião desta Semana do Ultramar: dos 5.500.000 habitantes que povoam Angola 2.520.000 são católicos tendo no seu efectivo 555 sacerdotes 173 irmãos auxiliares 734 religiosas 1.700 professores e 10.000 catequistas.

Em 30 anos passou-se de 500.000 para 2.520.000 católicos e de 1 diocese para 7 dioceses. Julgo que ninguém se dará por satisfeito, julgando que se chegou à meta; de modo algum, mas certamente andou-se uma grande parte do caminho.

A Diocese de Nova Lisboa é a diocese de toda a África com a maior percentagem de católicos, atingindo 66 % da população, sendo também uma das dioceses africanas com maior número de clero africano.

Perante estes dados não tinhamos a ilusão de que tudo está perfeito, de modo algum.

A nossa administração civil é presentemente de 15 Distritos e julgo que está em estudo a criação de outros para melhor atender as necessidades sócio-económicas e culturais, enquanto a Igreja tem 7 dioceses.

Notemos que o artigo 6 do Acordo reza assim «Os limites das dioceses... serão fixados pela Santa Sé de maneira a corresponderem, na medida do possível à divisão administrativa».

Perante a actual situação de uma diferença tão grande entre os Distritos e dioceses recai sobre a Santa Sé um trabalho urgente de estruturação, de criação de novas dioceses que venham a abrir novos caminhos à evangelização e notemos que quanto mais devagar se andar nesse caminho, esses campos virão a ser ocupados por outras confissões religiosas, sendo depois muito mais difícil o seu ingresso na Igreja católica.

A Diocese de Malange abrange os distritos de Malange e a Lunda e tem a superfície de 275.000 km^2 com uma população de 700.000 habitantes, a diocese de Silva Porto abrange os distritos do Bié e Quando Cubango com uma área de 263.000 km^2 e uma população de uns 600.000 habitantes, a Arquidiocese de Luanda abrange ainda os distritos de Luanda, Cuanza Norte, Cuanza Sul e Cabinda (2)

b) *Moçambique*—Em 1940 era criada a província Eclesiástica de Moçambique com a capital em Lourenço Marques e as dioceses da Beira e Nampula pela mesma bula «Solemnibus Conventionibus»; em 1957 era criada a diocese de Porto Amélia correspondendo ao Distrito de Cabo Delgado, em 1962 as do Inhambane e Tete e em 1963 as de Quelimane e Vila Cabral; o número de católicos

(2) A Santa Sé criou em 13 de Junho a Diocese de Benguela desmembrando a de Nova Lisboa, saindo ao encontro das legítimas aspirações daquele Distrito.

em 1940 não ia além de 85.000 para uma população de 4.800.000 habitantes. Em 1957 o mesmo «Observatore Romano» a que antes aludíamos, fazendo um juízo de 17 anos de trabalho missionário concluia: que nessa altura o número de fiéis ascendia a meio milhão e 170.000 catecúmenos, trabalhando nessa altura 330 sacerdotes, 140 Irmãos auxiliares e 550 missionárias, as escolas católicas eram frequentadas por 300.000 crianças.

As estatísticas actuais apresentam 1.315.000 católicos para uma população de 7.500.000, 185.000 catecúmenos, 600 sacerdotes, 187 irmãos auxiliares e 1.111 missionárias.

Julgo que Moçambique está melhor estruturado, tendo-se atingido quase o ideal anunciado no artigo 6 do Acordo Missionário, ficando ùnicamente por criar a diocese do distrito de Gaza (João Belo) (3).

Julgo que grande parte dessa estruturação se deve à acção directa do falecido Cardeal D. Teodósio, que gozava de grande simpatia na Cúria Romana.

Parece que a Santa Sé poderia avançar além da actual divisão administrativa criando as dioceses de Vila Pery e Nova Freixo, centros urbanos de grande futuro, desmembrando as dioceses da Beira e Vila Cabral que abrangem respectivamente uma área de 129.000 e 120.000 km^2, e ainda elevando a sede metropolitana Nampula, criando assim uma nova Província Eclesiástica.

c) Não desejo referir-me ao avanço da Igreja nas outras nossas Províncias para não maçar V.as Ex.as com números.

d) Julgo que a Igreja Católica tem de momento melhores perspectivas em Angola do que em Moçambique: nesta Província tem encontrado um forte obstáculo nos 800.000 muçulmanos que cobrem o litoral de Quelimane a Cabo Delgado e o alto do Niassa.

Notemos que quando os nossos missionários chegaram àquelas terras, já lá se encontravam os «mouros», como então se dizia. Em Angola os obstáculos não são tão fortes, apesar das 7 principais seitas protestantes terem uns 530.000 adeptos, nem sempre convictos.

Um dos maiores serviços prestados por Portugal à Igreja foi a descoberta dum mundo que não era inimigo da Cruz e onde a evangelização era factível e julgo ser ainda hoje a posição de Angola e de grande parte de Moçambique pois descontando os 800.000 muçulmanos e uns 280.000 de várias confissões existentes restam ainda uns 5.120.000 pagãos que são receptíveis ao evangelho.

---

(3) A Santa Sé criou a Diocese de João Bello em 23 de Julho do corrente ano, correspondendo as dioceses aos distritos administrativos.

4 — *A preciosa colaboração do Estado nestes 30 anos*

Criar estruturas e não dotá-las de meios convenientes, para que elas possam trabalhar eficientemente, não seria próprio de homens prudentes.

O Acordo Missionário prevê, que as estruturas devem ser servidas por pessoal competente a diferentes níveis: Bispos, sacerdotes, irmãos auxiliares, missionárias e outro pessoal auxiliar.

O «Acordo» exprime o desejo e julgo bem legítimo, que o pessoal missionário que for trabalhar para o nosso Ultramar, deve ser pessoal de nacionalidade portuguesa, no entanto, reconhece que a Nação não tinha nessa altura o pessoal nacional necessário para uma empresa tão grande, e confere aos Bispos o direito de convidar missionários de outras nacionalidades para missionar nas suas dioceses dentro de certas normas, não sendo a de menor importância, que este pessoal, deverá ficar sempre integrado nas missões da organização missionária portuguesa.

Para que a Nação portuguesa possa continuar a sua missão evangelizadora e possa cumprir o munus que Pio XII lhe encomenda na encíclica «Soeculo exeunte octavo», o Acordo, prevê o reconhecimento oficial, com direito a subsídios, das corporações Missionárias que venham a ter Casas de Formação com destino ao Ultramar.

Realmente esta disposição foi duma visão extraordinária e realista conhecendo o nosso meio, modesto em recursos económicos, e a partir de então, as corporações reconhecidas oficialmente, começaram a receber umas ajudas para serem aplicadas à formação dos seus candidatos.

Houve um lapso, e foi pena, ter passado, o de não ter previsto um fundo rotativo para a adquisição e construção dos edifícios onde iriam trabalhar essas instituições missionárias.

Por mais de uma vez tenho chamado a atenção para este problema, que julgo grave, pois tendo as Corporações Missionárias uma situação em geral dificitária, não é sem grande dificuldade que se podem lançar em obras que exigem investimentos, que geralmente excedem as suas possibilidades financeiras e económicas.

Julgo que o Estado prestaria um bom serviço à acção missionária, se encontrasse uma solução para este problema; no meu modo de ver, julgo que se resolveria através da instituição de um fundo permanente que seria emprestado, em certas condições de reembolso, a quem precisasse; julgo que por esse ou por outro processo, se tinham resolvido problemas de desenvolvimento de Corporações Missionárias que não tem podido admitir mais candidatos por falta de locais convenientes e ainda porque, os velhos casarões, não reúnem as condições que a pedagogia moderna exige e teria por sua vez poupado graves preocupações, que restaram tempo à preparação do pessoal em formação.

Por sua vez o Estado dotou de recursos convenientes as estruturas criadas no Ultramar, de modo a estas se poderem desenvolver convenientemente, ainda que com a modéstia própria, a quem serve irmãos, em situação económica menos favorecida.

O estado gastou em 1940 14.803.000$00, em 1950 48.172.000$00, em 1960 114.180.000$00, no c. ano estão previstos no orçamento 161.293 contos; a título meramente informativo direi que as Missões de Angola receberão 54.316 contos, as de Moçambique 72.935 contos e que as casas de formação missionária na metrópole serão contempladas com 16.600 contos.

De 1940 a 1963 inclusive investiram-se 1.381.093 contos.

É certo que a Igreja no Ultramar tem assumido uma parte importante para e promoção social através da educação, assistência médica, social, etc. e também é verdade que se as obras que a Igreja atende no Ultramar passassem para a Administração civil, o investimento teria de ser muito maior.

5 — *Lembremos alguns nomes*

Seja-me permitido ao focar obra tão importante e na qual trabalharam operários de diferentes níveis, que lembre aqui alguns nomes que não podem ser esquecidos, só pena termos que abstrair da história.

Lembremos a figura de Pio XII que tanto amou Portugal e que manifestou por obras, o apreço, carinho e confiança em que tinha o povo português; lembremos a pessoa do Presidente Salazar que numa inconfidência do Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, no dia em que foi assinada a Concordata e o Acordo Missionário chorou de emoção, por se ter reencontrado uma das cordenadas da vida nacional e lembremos ainda dois prelados, que ficarão a marcar alguma coisa na história da evangelização nas duas principais Províncias Ultramarinas: o saudoso Cardeal D. Teodósio de Gouveia em Moçambique e D. Moisés Alves de Pinho em Angola.

Eu tenho para mim que D. Teodósio, incarnou as qualidades dos nossos antigos missionários: o amor à Igreja e a fidelidade à Pátria Portuguesa. São de meditar aquelas palavras escritas em 5 de Junho de 1961 «Queridos moçambicanos, não vos deixeis seduzir por fantasias ou arrastar por maus conselheiros, alimentando sonho de independência ou utopia de felicidade económicas e culturais»; foi realmente o Cardeal Nacional.

Seja-me permitido lembrar os homens que durante estes 30 anos dirigiram superiormente o Ministério do Ultramar numa linha de continuidade, em sentido sempre ascendente neste aspecto, que aqui focamos: Vieira Machado, Marcello Caetano, Teófilo Duarte, Sarmento Rodrigues, Raul Ventura, Lopes Alves, Adriano

Moreira, Peixoto Correia e o actual Ministro Prof. Silva Cunha. A todos a Igreja fica certamente devedora do seu interesse e dedicação pela extensão da fé no nosso Ultramar.

6 — *Desilusões e novas perspectivas*

Ao chegar a esta altura pergunto-me a mim mesmo quais as perspectivas das nossas missões católicas ultramarinas, ou melhor e mais claro, qual o futuro da Igreja na África Portuguesa? Teremos chegado ao máximo que podíamos chegar? Temos possibilidades de aumentar e aperfeiçoar as nossas cristandades? Que meios se nos deparam? Com que pessoal podemos contar?

Eis aqui algumas perguntas que julgo pertinentes, de suma importância para não nos contentarmos em olhar para o já feito, mas olharmos para o futuro.

Julgo que a Igreja tem um trabalho enorme a fazer na nossa África e muito especialmente em Angola e Moçambique, onde ainda tem uns milhões de pagãos, em condições favoráveis à conversão.

Julgo que se torna necessário acelerar a conversão dos mesmos, pois quanto mais tarde se fizer, maiores dificuldades se virão a encontrar e pelo mesmo torna-se necessário utilizar todos os meios clássicos e modernos de evangelização postos ao alcance dos missionários. Julgo que todos os católicos portugueses têm responsabilidades e graves, no momento actual para a solução deste problema, cuja solução não pode depender ùnicamente da alta hierarquia da Igreja. A Igreja em Portugal tem que mobilizar todas as suas forças nesse sentido e julgo penderem sobre a Conferência Episcopal graves responsabilidades neste ponto e mesmo assim sobre a CNIR e FNIRF, organismos de coordenação dos Religiosos e Religiosas a nível nacional.

Se a Metrópole dispõe de uns 5.000 sacerdotes diocesanos e uns 1.500 Religiosos parece um tanto estranho que Angola apenas disponha de 555 sacerdotes e Moçambique de 600; se a área metropolitana está dividida em 17 dioceses, julguemos quantas dioceses deveria ter Angola ou Moçambique onde as dificuldades de transportes são muito maiores que na Metrópole e onde a distribuição da população é tão diferente do sistema metropolitano.

Julgo que a Conferência Episcopal poderá certamente em espírito fraterno ajudar mais eficientemente com sacerdotes as dioceses ultramarinas algumas delas tão faltas de pessoal missionário nacional. Será necessário vencer certos particularismos e comodismos, mas o bem comum a isso obriga, e muito especialmente nestes tempos pós-conciliares de entreajuda (Decreto Adgentes n.º 38).

É minha impressão pessoal tirada das seis visitas feitas nestes últimos anos a Angola e Moçambique, que grande parte do pessoal missionário que ali

trabalha é pessoal já bastante gasto que em breve deverá ser substituído por outro mais novo; mas onde está ele?

Em 1964 realizou-se em Lisboa o 2.º Congresso Nacional de Religiosos onde uns 1.800 Religiosos e Religiosas estudaram durante uma semana o problema das vocações religiosas e missionárias.

Como Secretário Geral do Congresso apresentei um trabalho em que estudava a situação dos Religiosos em Portugal e apurava 1.480 sacerdotes, trabalhando no Ultramar 862, frequentavam os Seminários Maiores de Filosofia e Teologia 770 jovens, faziam o Noviciado 321 candidatos e andavam 4.405 aspirantes nos Seminários Menores.

Podia prever-se nessa altura, estávamos na realização do Vaticano II, que os efectivos do pessoal missionário nacional poderiam vir a aumentar substancialmente nos próximos anos, pois os Institutos Religiosos Masculinos tinham nessa data a cursar nos últimos seis anos dos estudos, uns 770 candidatos; era natural que houvesse uma pequena quebra, mas parecia, que seria sempre pequena, pois esses já tinham dado provas que pareciam suficientes, da sua vocação; no entanto essa previsão falhou, pois após estes seis anos o aumento efectivo é realmente pequeno; em 1963 tínhamos 1.480 sacerdotes do clero religioso, nesta data de 1970, temos aproximadamente 1.620 o que dá um aumento de 140 sacerdotes, que me parece insignificante, visto em 1963 termos 770 jovens a cursarem os cursos de Filosofia e Teologia e pelo mesmo todos já ligados com os três votos religiosos e muitos até com os votos perpétuos.

Temos de concluir que muitos ficaram pelo caminho, gorando-se, muitas vocações missionárias.

7 — *Actual situação vocacional missionária em Portugal*

Todos nós estamos cientes da grave crise que invade os meios da Igreja e que chegou às Casas de Formação e muito especialmente aos Seminários Maiores dos Religiosos; presentemente as Congregações Religiosas têm a frequentar uns 600 estudantes nos Seminários Maiores, 170 menos que em Dezembro de 1963; têm 118 no Noviciado, 220 menos que na mesma data e 4.050 nos Seminários Menores quando em 1963 eram 4.405.

À luz destes números, que julgo corresponderem à realidade, poderemos concluir que nestes anos mais próximos diminuirão as ordenações sacerdotais missionárias e que pelo mesmo também diminuirão os efectivos missionários nacionais que se destinam ao nosso Ultramar.

Se tivermos em conta que certo pessoal missionário que ainda trabalha, já está gasto, que as exigências das cristandades do Ultramar são cada vez maiores, encontramo-nos com menos pessoal missionário e com mais trabalho e trabalho mais qualificado.

8 — *Ajuda de missionários estrangeiros*

— Que orientação se impõe? Recorrer a pessoal missionário estrangeiro? A título meramente informativo, em 1964 trabalhavam em Moçambique 218 sacerdotes estrangeiros e 383 nacionais.

Eu suponho que Portugal está agradecido em geral, a esses abnegados missionários, que deixando as suas pátrias, vieram a ajudar-nos nesta tarefa da evangelização e não podemos prescindir da sua ajuda, a todos os títulos preciosa, mas também é verdade que o Santo Padre Pio XII na citada encíclica «Saeculo exeunte Octavo» confiava essa tarefa à nossa Nação e que nós portugueses até agora não soubemos corresponder a esse acto de confiança. Julgo que todas as Congregações Missionárias que trabalham no Ultramar devem esforçar-se por estabelecer casas de formação na Metrópole, de modo a ir substituindo gradualmente o pessoal estrangeiro por pessoal nacional, pois toda a vez que se vai processando o fenómeno de integração nacional noutros sectores da vida ultramarina, também nesse sector se deve ir processando e é essa a orientação que quase todas as Congregações estão seguindo.

A educação a dar ao pessoal em formação, deve ser orientada no sentido de se respeitarem as coordenadas da vida da Nação e ainda conforme os usos e costumes em vigor ou seja uma formação adaptada ao nosso ambiente cultural metropolitano e ultramarino e não uma orientação desencarnada da realidade histórica e sócio-cultural.

9 — *O clero africano e a entreajuda dos leigos*

Certamente cabe ao venerando episcopado de Angola e Moçambique incrementar nas suas próprias dioceses as vocações ao sacerdócio, criando um ambiente propício às mesmas, pois de facto sòmente essas dioceses serão autónomas quando tiverem clero diocesano suficiente para cobrir as estruturas diocesanas como acontece na Metrópole.

Moçambique tem presentemente 6 Seminários Menores frequentados por uns 850 seminaristas e 2 Seminários Maiores frequentados por 78; por sua vez Angola tem também 2 Seminários Maiores e 6 Menores e 2 pré-Seminários.

Nesta matéria, a doutrina pontifícia vem bem explícita na encíclica «Princeps Pastorum» do Papa João XXIII de 28 de Novembro de 1959 em que se faz um apelo à formação do clero local, repetindo em parte a doutrina das encíclicas «Evangelii Praecones» de 2 de Junho de 1951 e «Fidei Donum» de 21 de Abril de 1957 de Pio XII.

Por último perante a tal crise vocacional para o sacerdócio e para a vida missionária que tende aumentar nestes próximos anos, julgo que se deve apelar para a colaboração dos leigos de boa vontade que queiram ajudar a Igreja neste campo de trabalho; o Decreto «Ad Gentes» marca um papel bem pre-

ponderante aos leigos no número 41 e distingue o trabalho dos leigos residentes nas terras de missão e os residentes em dioceses já bem estruturadas de retaguarda. O Decreto «Ad Gentes» tem o seu complemento bem explícito no Decreto sobre o Apostolado dos Leigos.

Entre nós surgiu o movimento AFRIS (Auxílio Familiar Religiosos de Instrução e Social) em 1963 com a sede no Negage com o fim de ajudarem a evangelização dos povos do norte de Angola com assistência sanitária, técnica e social.

10 — *Fé na Juventude*

O tema que pretendi focar levou-nos longe demais em relação ao tempo e peço desculpa de, apesar de longo, não ter sido bastante explícito.

Terminarei as minhas desalinhavadas considerações louvando a Deus pelo bem que se conseguiu fazer através dos instrumentos por Ele próprio suscitados e pedindo ao Senhor se digne abençoar quantos trabalham aqui e lá pela mesma causa comum, levar a luz do Evangelho até aos últimos recônditos do nosso Ultramar e através da mensagem evangélica a promoção cultural, social e económica de modo a todos formarmos uma grande comunidade cristã e portuguesa, que possa servir de exemplo de autêntica comunidade plurirracial, vivendo os grandes ideais da vida cristã, integrados na vida nacional.

Tenho uma fé ilimitada nas virtualidades e nas virtudes da nossa juventude que há-de superar a actual crise para continuar a projectar a luz do Evangelho ao modo de Gonçalo da Silveira, de João de Brito, de António Barroso ou de Teodósio Clemente de Gouveia.

SUMMARY

PRESENT AND FUTURE OF THE CATHOLIC MISSIONS OF PORTUGUESE OVERSEAS PROVINCES

The author Joaquim António de Aguiar, director of the Colégio Universitário Pio XII, contributes to our Bulletin with an article on the «Present and future of the Catholic Missions of Portuguese Overseas Provinces».

He deals with the national character of the evangelization carried out by the Portuguese stressing that. It was never separated from the discovery of the land and hoisting of the Portuguese flag. Joaquim António de Aguiar then describes the history of Missionary activities quoting the names of those who helped on its development. He considers the date of May 7, 1940, a memorable one for it was on this day that the Missionary Agreement was signed. Then Joaquim António de Aguiar singles out the importance of the help given by the State in the following thirty years.

He mentions the names of Pope Pius XII, Salazar, Cardinals Ceregeira and D. Teodósio de Gouveia, D. Moisés Alves de Pinho and several others.

In the last part of his article, Joaquim António de Aguiar considers the prospects of Missionary activities in the Overseas Provinces of Portugal.

Stressing the importance of the Houses for Missionary training, the author acknowledges the help given by foreign missionaries in the mission field. He also devotes special atention to the formation of African clergy, emphasizing its importance for the evangelization of the natives.